



FERNANDA CRAVIDÃO  
LÚCIO CUNHA  
PAULA SANTANA  
NORBERTO SANTOS  
(ORG.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

# ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A  
ANTÓNIO GAMA

# **A VELHA E A NOVA LUZ: DINÂMICAS GEOGRÁFICAS DE UM PROCESSO DE DES-RETERRITORIZAÇÃO**

**Ana Maria Cortez Vaz/anamariacortezvaz@gmail.com**

Doutoranda em Geografia.  
CEGOT/Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra

## **Introdução**

Recuemos ao início do século xx, data das primeiras referências à necessidade de criação de uma reserva de água no rio Guadiana. No entanto, o projeto enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos só se estabeleceu em 1957, data do Plano de Rega do Alentejo. Em 1975, os trabalhos são iniciados, mas passados 3 anos, as obras param e o projeto entra em fase de novos estudos e avaliações. Em 1993, o Governo cria a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva e, em 1995, no Decreto-Lei n.º 33/95, de 11 de Fevereiro, é referido que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva representava uma obra de interesse nacional, e os trabalhos são reiniciados. Em 1998 têm lugar as primeiras betonagens para o paredão da barragem de Alqueva e as comportas acabariam por fechar em Fevereiro de 2002, alterando por completo o território.

A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida da superfície terrestre e, na escala temporal da vida humana, irreversível. Provocam mudanças radicais no ambiente e submergem vales,

alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais, e podem, como acontece no caso da Barragem de Alqueva, submergir núcleos de povoamento, com consequências diretas na desterritorialização de comunidades autóctones que, deste modo, se veem forçadas a abandonar os seus territórios pessoais (Fernandes, 2008).

De facto, a montante da barragem ocorreram modificações profundas. O espaço foi alagado, as paisagens alteradas e a aldeia da Luz foi submersa.

Este artigo, baseado no trabalho de campo da nossa dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Vaz, 2011), pretende debruçar-se sobre as consequências geo-humanas da construção da barragem de Alqueva, sobretudo sobre o processo de desterritorialização que implicou a deslocação forçada das populações da aldeia da Luz, efetuando uma análise geográfica das dinâmicas da velha e da nova Luz.

## **Desterritorialização – um conceito eminentemente geográfico**

A desterritorialização é abordada por vários autores, como é o caso de Badie, Deleuze e Guattari, Appadurai e Friedman (Vaz, 2011), mas a interpretação que vamos seguir é a do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, que defende que o Homem vive em ciclos constantes de desterritorialização – reterritorialização, necessita de território e que este é inerente ao próprio Homem.

Sendo assim, há desde logo um elemento fulcral para qualquer indivíduo, o território. “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (Haesbaert, 2004: 20). De facto, tanto o território funcional como o território simbólico funcionam como espaços de referência para a construção da identidade dos indivíduos. Esta ligação com o território designada topofilia, é “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980: 5). Topofilia remete para a pertença de um lugar ou região e surge com Gaston Bachelard (1957) na sua obra *A poética do espaço*, que aborda o poder de atração dos espaços de intimidade no bem-estar do indivíduo.

De facto, o indivíduo necessita de um território, de um espaço com o qual mantenha uma relação, seja ela de posse mas também de identificação com esse espaço.

No entanto, esta relação entre indivíduo e território está sujeita a riscos, e é precisamente a esta precariedade territorial que Haesbaert designa por desterritorialização (ou des-reterritorialização, dado que ao processo de desterritorialização está sempre subjacente o processo de reterritorialização).

De facto, desterritorialização é definida como um processo que pode ser voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens (Haesbaert, 2004). “A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (Fernandes, 2008: 5).

O processo de desterritorialização caracteriza-se por ser uma quebra na topofilia, uma quebra do vínculo que une determinado indivíduo ao seu território, e o processo de reterritorialização corresponde à ‘tentativa’ e necessidade do indivíduo em (re)criar laços, vínculos com outro (s) território (s). O movimento de desterritorialização “equivale a todo um processo de saída ou de destruição de um território – para a entrada em ou a (re)construção de outro, já que ninguém sobrevive sem algum tipo de controlo do espaço, por mais instável e precário que pareça” (Haesbaert, 2014: 184)

Assim, este processo de quebra de vínculo do indivíduo com o seu território pode ser desencadeado por vários fatores, desde causas naturais a humanas. Dentro das causas naturais, são exemplos as erupções vulcânicas, as cheias, os sismos, os incêndios florestais e os movimentos de vertente, e como causas humanas temos exemplos como as crises políticas, as crises económicas, o desemprego, a guerra, os projetos de desenvolvimento e construção de infraestruturas, a patrimonialização, os confinamentos espaciais, o envelhecimento demográfico e a doença.

O processo de desterritorialização pode ser *in situ* ou *ex situ*. É *in situ* quando ocorre sem alteração dos referenciais de localização do indivíduo, este não abandona o seu território, mas deixa de ter acesso aos seus espaços, aos seus territórios. É *ex situ*, quando o processo implica a deslocação do indivíduo. Pode ainda ser total ou parcial, dependendo se a perda de vínculo é total ou parcial do território. Pode ser voluntária ou involuntária e forçada, coletivo ou individual e permanente ou temporária (Haesbaert, 2004).

### **Consequências geo-humanas da construção da Barragem de Alqueva: a rede das aldeias ribeirinhas e os impactos na agricultura e no turismo**

O encerramento das comportas da barragem de Alqueva, no ano de 2002, e o conseqüente enchimento da albufeira veio submergir infraestruturas, territórios e monumentos. Em relação a estes últimos, tomaram-se algumas medidas, nomeadamente em relação ao Castelo da Lousa (freguesia da Luz, no concelho de Mourão), que foi totalmente coberto com sacos de areia para o preservar o mais possível após a sua submersão, e o Cromeleque do Xerês (freguesia de Monsaraz, no concelho de Reguengos de Monsaraz) que foi trasladado, dado que o local onde se situava está hoje em dia submerso.

A barragem de Alqueva, como já foi referido e irá ser analisado no terceiro ponto, provocou o processo de desterritorialização (Haesbaert, 2004) das populações da aldeia da Luz. Mas trouxe também alterações profundas na paisagem e nas dinâmicas sociais e económicas daquela área.

A água, através da albufeira, chegou a territórios onde antes era impensável tal facto, e tornou algumas aldeias em 'aldeias ribeirinhas', que se caracterizam hoje em dia pela atividade piscatória, turística, de lazer, ligadas ao elemento água. A mutação na paisagem está retratada nas Figuras 1 e 2, onde é notória a diferença no território, antes e depois da construção da barragem.



**Figuras 1 e 2**

Esboço de localização das aldeias ribeirinhas de Alqueva, antes e após a construção da barragem de Alqueva

Criou-se assim, então, uma rede de aldeias ribeirinhas que é composta por dezoito aldeias, dezasseis das quais localizadas em Portugal e duas em Espanha: Alqueva, Amieira, Campinhos, Capelins, Cheles, Estrela, Granja, Juromenha, Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo, Telheiro e Villareal, abarcando sete concelhos: Alandroal, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira. Em relação às aldeias ribeirinhas espanholas, Cheles e Villareal situam-se nos Ayuntamientos de Cheles e de Olivenza, respetivamente.

De acordo com o Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, esta rede de aldeias ribeirinhas pretende “promover a qualificação urbana e ambiental das aldeias marginais das albufeiras; apostar na qualificação das utilizações da albufeira através da criação de infraestruturas e equipamentos de apoio às utilizações de recreio e lazer da albufeira; promover a criação de um território turístico, ligado a uma ‘marca territorial’, a uma identidade regional, cultural e ambiental”.

De facto, a barragem de Alqueva alterou a paisagem e conduziu a impactos no território, seja a nível agrícola, seja a nível turístico.

A possibilidade do aproveitamento da água da albufeira para a agricultura potencializa uma atividade agrícola de regadio, que traz novos desafios e inovação à agricultura desta região. As culturas predominantes nesta área, antes da construção da barragem, eram sobretudo de sequeiro, como a vinha, a oliveira

e o trigo. O desafio, nos dias de hoje, passa pela introdução de novas culturas agrícolas, de maneira a aproveitar e a rentabilizar o recurso água.

Desta forma, esta região passou a dispor de potencialidades no que diz respeito às culturas de regadio, de que, até à construção da barragem de Alqueva, não dispunha. Assim, as principais culturas de regadio que estão a ser praticadas são: tomate, milho, melão, olival intensivo e superintensivo. Estas novas potencialidades, novas paisagens e novas culturas, sobretudo as de regadio conduziram a novos investimentos e à entrada de atores externos ao território, sobretudo espanhóis (Vaz, 2013).

No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo nesta área, estes caracterizam-se por investimentos realizados no setor do turismo, novas infraestruturas de alojamento e de restauração em espaço rural, novos atores, alguns externos à região, e inovação. A este propósito referiremos apenas três casos: o turismo fluvial na albufeira de Alqueva, o astroturismo e o Museu da Luz.

O turismo fluvial na albufeira da barragem de Alqueva realiza-se na Amieira (concelho de Portel), em Monsaraz (concelho de Reguengos de Monsaraz), na Luz (concelho de Mourão) e junto ao paredão da barragem. O polo com maior relevância em termos de meios e serviços oferecidos localiza-se na Amieira. A Amieira Marina, que funciona desde 2006, dispõe de serviços de marina, estacionamento de barcos, aluguer de barcos-casa, e de serviços de restauração.

O astroturismo é uma vertente de turismo ‘pouco convencional’, que assenta na observação dos astros e das estrelas num território pouco urbanizado, e por isso, muito pouco iluminado. Toda a área da albufeira da barragem de Alqueva (concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz) reúne as condições favoráveis e por isso faz parte da Rota *Dark Sky* Alqueva, primeira certificação mundial atribuída pela UNESCO e pela Organização Mundial do Turismo. O astroturismo engloba atividades noturnas como passeios pedestres, passeios a cavalo, observação de estrelas, *birdwatching* e *wildnightwatching*.

Em relação ao Museu da Luz, estamos perante um caso de patrimonialização da identidade local da antiga aldeia da Luz, destruída e submersa pela albufeira da barragem (Vaz et al., 2013a). Corria o ano de 2003 quando o Museu da

Luz foi criado, com a pretensão de ser um espaço de referência e memória da velha aldeia da Luz e das atividades que nela mais se desenvolviam. Assim, o Museu é constituído por três salas: a sala da Memória, a sala de exposições temporárias e a sala da Luz. Na sala da Memória, “do seu interior retoma-se a relação com a paisagem através de uma pequena janela da qual se avista o antigo espaço da velha aldeia, sintetizando o único elemento não submergido, o Monte dos Pinheiros” (Saraiva, 2007: 448). De facto, a partir de uma pequena janela é possível observar o local onde se situava a velha Luz, tendo como referência um pinheiro.

### O processo de des-reterritorialização das populações da Luz – dinâmicas da velha e da nova Luz

A velha e a nova Luz localizam-se no concelho de Mourão, na freguesia da Luz, na sub-região do Alentejo Central, que se caracteriza pelas dinâmicas demográficas comuns a quase todo o interior português: baixa natalidade, baixos índices de fecundidade, envelhecimento da população e diminuição da população residente, tal como se pode verificar no Quadro I.

**Quadro I**

População Residente no concelho de Mourão, por freguesias, em 1991, 2001 e 2011

População Residente	1991	2001	2011
Mourão	1974	2111	1774
Luz	394	373	291
Granja	905	746	601
Mourão (concelho)	3273	3230	2666

*Fonte:* INE.

De facto, como se observa no Quadro I, a população residente no concelho de Mourão e em todas as suas freguesias tem vindo a diminuir. A freguesia mais

populosa é a sede do concelho, sendo que a freguesia da Luz é a que regista o menor número de população residente, representando apenas cerca de 11% do total da população residente no concelho, no último ano censitário.

De facto e recorrendo a Vaz (2011) constatamos que os concelhos limítrofes ao de Mourão (Barrancos, Moura e Reguengos de Monsaraz) registam também diminuição da população residente. No entanto, o concelho com maior perda populacional é o de Mourão. Note-se que entre o ano de 1991 e 2011 a variação é de -18,5%, e na freguesia da Luz é de -26,1%. Certamente que o processo de desterritorialização das populações da Luz e o facto de 1/3 do território do concelho de Mourão ter ficado submerso com a construção da barragem de Alqueva veio acelerar um processo de despovoamento, que por si só já estava em curso.

No sentido de analisar as tendências e dinâmicas futuras da população no concelho de Mourão, para Vaz (2011) efetuámos projeções demográficas, assentes no método matemático, seguindo o modelo geométrico, para o concelho de Mourão e as freguesias que o constituem, que estão apresentadas no Quadro II.

**Quadro II**  
Projeção da População Residente no concelho de Mourão,  
por freguesias, para 2021 e 2031

População Residente (projeção)	2011	2021	2031
Mourão	1774	1491	1253
Luz	291	227	177
Granja	601	484	390
Mourão (concelho)	2666	2200	1816

Tal como seria expectável, o concelho de Mourão e todas as suas freguesias irão perder população segundo estas projeções, sendo que a freguesia da Luz é a que apresenta a maior variação entre os anos de 2011 e 2031, cerca de -39,1%, que representa uma diminuição de 114 habitantes. Em relação ao concelho

de Mourão, segundo as projeções irá registar uma variação de -31,9%, o que representa uma diminuição de cerca de 850 habitantes.

O envelhecimento da população é também uma característica demográfica da generalidade do interior do país, e relaciona-se com o comportamento das dinâmicas de natalidade e de mortalidade. De facto, no concelho de Mourão, em 2011, a taxa de natalidade era de 12,4‰ e a taxa de mortalidade era de 22‰, e na freguesia da Luz, 0‰ e 17,2‰ respetivamente. Aliás note-se que na freguesia da Luz, no último ano censitário, o número de nados vivos registados é 0, e o número de óbitos 5, sendo que o crescimento natural é -5, e a taxa de crescimento natural é -17,2‰, contribuindo não só para a diminuição da população residente, como também para agravar o envelhecimento da população.

No concelho de Mourão tem-se vindo a registar um duplo envelhecimento, isto é um envelhecimento no topo e na base numa análise de uma pirâmide etária, sendo que o envelhecimento no topo representa o número cada vez maior de idosos, e na base, a quebra muito significativa das populações jovens. Observe-se então o Quadro III, que representa os índices de envelhecimento no concelho de Mourão e suas freguesias, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

**Quadro III**  
Índice de Envelhecimento, no concelho de Mourão e suas freguesias,  
em 1991, 2001 e 2011

Índice de Envelhecimento	1991	2001	2011
Mourão	92,6	121,8	127,2
Luz	106,5	171,9	307,4
Granja	141,2	206,8	287
Mourão (concelho)	105,7	143,8	165,8

*Fonte:* INE.

O índice de envelhecimento, que representa a relação entre a população com 65 e mais anos e a população dos 0 aos 14 anos, atinge valores muito significativos na freguesia da Luz, com cerca de 307,4%, significando isto que para 100 jovens existem 307 idosos.

De facto, todo o contexto social e demográfico tem contribuído para o despovoamento desta área, e neste sentido as dinâmicas demográficas da nova Luz têm seguido as tendências registadas na velha Luz.

Mas afinal como é que esta mudança forçada da velha para a nova Luz se procedeu? Como decorreu? Quem foram os atores? Como é que os habitantes reagiram ao facto de terem forçosamente de abandonar os seus territórios? Como estão agora as populações? No intuito de analisar estas dinâmicas, far-se-á a divisão do processo em quatro pontos: A velha Luz e a consciencialização da mudança; a mudança e a transladação dos corpos do cemitério; a nova Luz, a nova casa e os novos espaços da Luz; e a Luz, hoje em dia.

### **A velha Luz e a consciencialização da mudança**

“A população da Luz viveu, sobretudo na última década, perante a irreversibilidade e inevitabilidade de um processo, a sensação de perda de um passado que, de futuro, se existir, só existirá sob a representação de memórias” (Reino, 2005: 76). A consciencialização da mudança ocorreu desde há muito. No trabalho de campo que efetuámos, verificámos que a ideia da construção da barragem e posterior submersão da aldeia foi algo sempre presente, mas após tantos adiamentos da construção da barragem, alguns indivíduos confidenciaram-nos que tinham esperança que a submersão da aldeia não se verificasse.

A velha aldeia da Luz estava localizada a apenas 2 km da atual Luz, era pouco povoada e possuía características eminentemente rurais, marcada pela predominância da prática agrícola. A sua morfologia era marcada por ruas estreitas e desordenadas e a arquitetura da Luz caracterizava-se pela casa térrea, com poucas janelas, e muitas vezes apenas com a porta de entrada na frontaria (Saraiva, 2005). A aldeia possuía um posto de saúde, um centro de dia, uma escola primária e um jardim de infância, três estabelecimentos comerciais, cinco cafés e a Sociedade Recreativa Luzense. Estes espaços de encontro e de comércio constituíam importantes referências coletivas, no sentido de serem

lugares de sociabilidade – feminina, no caso das mercearias, e masculina, no dos cafés (Saraiva, 2005).

A velha Luz era constituída por dois núcleos distintos: o núcleo populacional, e um núcleo mais afastado, distando um do outro cerca de 1500 metros. O núcleo mais afastado era formado pelo Santuário de N. Sra. da Luz, pela praça de touros e pelo cemitério: “um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano” (Saraiva, 2005: 109).

### **A mudança e a transladação dos corpos do cemitério**

“A nossa aldeia velhinha; Até agora tão branquinha; Tão escura que vai ficar; Quando a água aqui chegar; Já aqui não há viventes; Apaga-se a luz para sempre; Vai ficar na escuridão.” (Farias, 2006: 32). A deslocação forçada das populações da aldeia da Luz foi um processo de desterritorialização bastante complexo.

Todos os mecanismos relativos ao processo de mudança foram conduzidos por atores externos, como empresas especializadas em transporte de bens. Neste ponto do processo de desterritorialização registou-se apoio por parte de técnicos e funcionários da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva). “Os residentes da Luz, com a ‘mudança’ perderam a dimensão casa, sendo obrigados a reconstruírem as suas referências espaciais. A perspectiva de ‘mudança’ provocou nos residentes um desencanto, uma perda de valores, provocando um estado de incerteza e de insegurança” (Reino, 2002: 139).

O presidente da Junta de Freguesia da Luz em 2002 confidenciou-nos (em 2011), que a mudança tinha sido muito complicada, e que as pessoas saíram da antiga aldeia, ainda com as casas de pé, sendo que a maioria não assistiu à sua demolição. A inauguração da nova Luz ocorreu no dia 19 de Novembro de 2002 e ainda hoje esse dia é recordado como um dia de luto pelas populações. O mês de Fevereiro de 2003 marca o início da demolição da aldeia, e em Junho de 2003 toda a área, onde seis meses antes se localizava a aldeia, era agora um espaço.

Quando se iniciaram as negociações com os habitantes sobre as futuras casas, foi deixado bem claro, por parte dos habitantes que, antes da sua mudança, teria de se fazer a transladação de todo o cemitério.

De facto, a transladação iniciou-se nos finais de Junho de 2002, e durou cerca de duas semanas, sob a direção de Moita Flores, com quem tivemos também a oportunidade de refletir e conversar sobre este episódio no decorrer da elaboração da dissertação de mestrado. Na época, em 2011, Moita Flores justificou a transladação dos corpos pelo facto de ‘a polis dever ser entendida como um todo, incluindo a nekropolis, território essencial para a gestão do luto e da memória individual e coletiva’.

A transladação dos corpos do cemitério foi o episódio mais intimista e que causou maior sofrimento aos luzenses, sendo descrito como um momento de catarse emocional coletiva. Moita Flores, em 2011, acrescentou que ‘mexer num cemitério na sua totalidade é um ato muito delicado. Aqui (...) penetramos na memória. Um cemitério é sobretudo, a capacidade de evocação e rememoração das relações psicoafectivas e grupais num concentrado radical que é a consciência do não encontro físico’.

A transladação dos corpos do cemitério da velha Luz para a nova aldeia fez com que os habitantes revivessem dores, sofrimentos, luto, mas o apoio dado pelos técnicos às populações foi reconhecido, não só pelos habitantes da aldeia, que nos relataram que dentro de toda a mudança foi o que correu melhor, como pela comunidade científica nacional e internacional.

## **A nova Luz, a nova casa e os novos espaços da Luz**

“Os residentes da Luz foram compelidos numa primeira fase a aceitar a ‘mudança’ e ultimamente foram forçados a adaptarem-se a novos espaços” (Reino, 2002: 115). De facto, as habitações possuem melhores condições, o valor das casas sofreu um considerável aumento, mas quando refletimos sobre a adaptação à nova casa e à nova aldeia, esta ainda não estará concluída. Um dos indivíduos com quem travámos conversa durante o trabalho de campo

confidenciava-nos “Quando é que eu vou ganhar apego a isto?”. De facto, o processo de reterritorialização vai para além dos bens materiais, da casa, das paredes, do telhado, prendendo-se com o conforto, a segurança ontológica (Giddens, 1992), a topofilia (Tuan, 1980), e com a dimensão simbólica do espaço (Haesbaert, 2004 e 2014).

No que diz respeito à nova casa e à escolha de todos os acabamentos, é de realçar o papel da mulher, adulta e idosa, com grande poder dentro de casa, assumindo o seu domínio e governo, e por isso sendo reivindicativa em relação à nova habitação. Registaram-se alterações significativas nas habitações da nova Luz, no que diz respeito sobretudo aos materiais de construção. Na antiga aldeia, os materiais mais usados eram a taipa, o adobe, o xisto e a lousa, e na nova Luz estes foram substituídos por mais recentes.

Deste modo, o parque habitacional da nova Luz é o fator primordial pelo qual a população mudou a sua maneira de estar na sociedade, devido sobretudo à standardização da habitação e à semelhança do exterior das diferentes casas, que vieram diminuir significativamente as diferenças sociais e económicas que existiam na antiga Luz, e ‘estabeleciam alguma ordem’ à sociedade. Com efeito, os sentimentos de vizinhança e solidariedade alteraram-se bastante com a mudança, dado que “provocou um aumento da conflitualidade entre os habitantes (...), que se traduziu num maior isolamento e na interiorização negativa das suas novas casas” (Reino, 2002: 117). A mudança social dos habitantes da Luz deveu-se também à nova morfologia da aldeia, dado que os passeios e as ruas obedecem a normas que afastaram os habitantes dos vizinhos da frente, dificultando-lhes assim a comunicação, facto que se diferencia da velha Luz, onde não existiam passeios, as estradas eram estreitas e em muitos casos só com uma faixa de rodagem, o que possibilitava a proximidade e a comunicação entre os residentes.

Na nova Luz continuam a existir dois núcleos, separados agora por apenas 500 metros. O núcleo afastado é agora constituído pelo Santuário de N. Sr.<sup>a</sup> da Luz (que é uma réplica do que existia na antiga aldeia), pelo cemitério e pelo Museu da Luz. Funcionando como um espaço da memória: o Santuário evoca a memória da lenda da aparição de N. Sr.<sup>a</sup> da Luz e a formação da aldeia, o

Museu recorda as tradições e costumes da antiga aldeia, e o cemitério prende-se com as memórias das gerações do passado.

## A Luz de hoje

A aldeia da Luz, à vista de um transeunte, transparece uma sensação de vazio e uma perceção de ausências. É característico das aldeias do interior, sobretudo do Alentejo, os homens encontrarem-se nas praças principais, à sombra, a conviver e a conversar, e foi-nos dito que na nova Luz, embora ainda aconteça, já não é com a mesma afluência que era outrora, contribuindo para este facto, não só a mudança da aldeia, como a nova morfologia, dado que a aldeia se expandiu no espaço, sendo consideravelmente maior do que a antiga, mas também o envelhecimento da população.

As condições habitacionais e sociais na nova Luz são superiores às da velha Luz, como já foi referido, mas a antiga aldeia da Luz englobava em si os territórios, tanto funcionais como simbólicos, da população, e isso foi visível em alguns depoimentos que pudemos registar: ‘isto (a nova Luz) a mim não me diz nada’ e ‘da antiga aldeia tenho saudades das estevas, do rosmãozinho e dos sobreiros’.

O condicionamento imobiliário também tem marcado a vida da Luz, prejudicando o desenvolvimento e a prosperidade da aldeia, dado que o espaço da aldeia está confinado e limitado por propriedade privada. A juntar a este facto, está a falta de ofertas de emprego nesta região, que tem levado alguns indivíduos a procurarem residência fora da freguesia da Luz e também do concelho de Mourão, sendo que a sua maioria se estabeleceu por Reguengos de Monsaraz.

## Notas conclusivas

Haesbaert (2014) defende que os conceitos devem ser utilizados para além do restrito círculo académico, fazendo deles ‘armas para a ação de outros’. De facto,

temos defendido a introdução dos conceitos de topofilia e desterritorialização nos conteúdos programáticos de Geografia, sobretudo do ensino secundário (Vaz *et al*, 2013b e 2016), por se tratarem de conceitos fascinantes, eminentemente geográficos, tratando o território segundo as dimensões funcionais e simbólicas que tão bem representam as geografias pessoais e coletivas.

Aplicando este conceito ao que ocorreu na mudança forçada dos habitantes da velha Luz para a nova aldeia referimos as mutações na paisagem, a submersão de territórios e podemos concluir que estes processos de desterritorialização têm consequências nefastas em populações de menor resiliência.

Com efeito, os indivíduos não ganham vínculo com um novo território só porque são forçados a nele residir. Um lugar que leva tempo a ser modelado não pode ser comparado com um que foi decidido por técnicos, muitas vezes à distância e de modo exógeno. Na verdade, estabelece-se aqui a oposição entre dois modos de produzir o espaço, um mais popular, de forma lenta e ascendente, e outro, mais técnico, elitista e descendente.

De facto, o sentimento de topofilia vai muito para além de se habitar em determinado local, é antes, o vínculo, o apego, o afeto que temos para com determinado território, sobretudo com o simbólico, enaltecendo mais o lado emocional do que racional. Por este lado mais emocional é que os processos de desterritorialização/ reterritorialização são tão complicados e complexos.

## Bibliografia

- Farias, João Chilrito (2006). *Chamam-me poeta e artesão, porque faço versos e cadeiras*. Aldeia da Luz.
- Fernandes, João Luís (2008). Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga, Espanha.
- Giddens, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Haesbaert, Rogério (2004). *O Mito da desterritorialização – do 'fim dos territórios' à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2014). *Viver no limite – território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Plano estratégico de qualificação urbana e ambiental das aldeias ribeirinhas das albufeiras de Alqueva e Pedrovão* (2003) – Parte I: território português, Edia.
- Reino, João Pedro (2002). *Luz – a aldeia imaginada*; Dissertação de mestrado em Sociologia, apresentada à Universidade Lusófona, Lisboa.
- Reino, João Pedro (2005). Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’ – a aldeia imaginada”, in *Atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*; Braga.
- Saraiva, Clara (2005). *Luz e água – Etnografia de um processo em mudança*. Museu da Luz, 02, Edia, Beja.
- Saraiva, Clara (2007). Mudança e água no sul de Portugal: a barragem de Alqueva e a aldeia da Luz. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Vol. 1, N.º 1, Campinas, Brasil.
- Tuan, Yi-Fu (1980). *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*; São Paulo: Difel.
- Vaz, Ana Maria Cortez (2011). *Processos de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da aldeia da Luz*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Vaz, Ana Maria Cortez (2013). A barragem de Alqueva – fator de inovação e cooperação territorial transfronteiriça. In Rui Jacinto (coord.), *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial*. Iberografias 25; Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora; Lisboa.
- Vaz, Ana Maria Cortez & Fernandes, João Luís (2013a). A patrimonialização da memória e da identidade territorial: o caso singular do Museu da Luz. *Atas do IX Congresso de Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência* (e-book); Universidade de Évora, Associação Portuguesa de Geógrafos, Évora.
- Vaz, Ana Maria Cortez; Reis, Maria José & Nunes, Adélia Nobre (2013b). A literatura como recurso no processo de ensino-aprendizagem em geografia: o caso de Miguel Torga. *Atas do IX Congresso de Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência* (e-book); Universidade de Évora, Associação Portuguesa de Geógrafos, Évora.
- Vaz, Ana Maria Cortez; Reis, Maria José & Nunes, Adélia Nobre (em publicação). A notícia escrita como recurso pedagógico na educação para o risco – o caso da erosão costeira em Portugal – o caso da erosão costeira em Portugal. *Atas do Cegot 2<sup>nd</sup> International Meeting – Water Territories*; Março de 2016, Cegot, Coimbra.
- www.ine.pt, consultado entre Janeiro e Março de 2016.